

Legislação

Produção agropecuária e proteção ambiental

Derli Dossa¹
Newton Pohl Ribas²

O CÓDIGO Florestal, instituído pela Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, introduziu o conceito de reserva legal em propriedades rurais. De lá para cá, a agricultura brasileira passou por verdadeiras revoluções tecnológicas e gerenciais. As práticas produtivas perderam suas características de força exploratória e de ocupação de espaço. As boas práticas agrícolas passaram a incorporar conceitos de sustentabilidade, como equilíbrio ambiental e responsabilidade social. Técnicas como plantio direto e integração lavoura pecuária ganham espaço crescente.

Sem adequações suficientes para acompanhar a magnitude das mudanças ocorridas, o Código Florestal acabou fora de sintonia com a realidade. Enquanto isso, uma série de limitações foi sendo imposta para a expansão da agricultura. Com a situação em ponto de impasse,

o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento colheu informações relevantes sobre o assunto, para uma melhor discussão pública. O trabalho conta com cinco pontos:

1. Mudanças climáticas;
2. Efeito estufa por combustível fóssil;
3. Alcance da legislação ambiental;
4. Premissas para um novo Código Florestal;
5. Propostas para atualização do Código Florestal.

No Brasil, começam a aparecer estudos sobre o reflexo das mudanças climáticas e seus impactos na agricultura, com avaliações sobre a produtividade das culturas, em função de cenários de aumento de temperatura. As simulações dos efeitos das elevações nos zoneamentos das lavouras mostram uma drástica redução nas áreas com aptidão agroclimática, condenando a produção em muitas regiões.

Brasil: contribuições na luta contra o efeito estufa

1. Sistema de Plantio Direto na Palha:

- 25 milhões de hectares;
- 500 kg/ha/ano – 1 de carbono recuperado
- 12,5 milhões de toneladas de Carbono

2. Agrotecnologias – Consórcio de anuais e florestais: *Teka, Pinus, Eucalipto*

- 2,5 toneladas de CO₂ por ha por ano;
- Incremento na exploração animal de 0,5 UA/ha para 2,5 UA/ha;

3. Integração lavoura-pecuária;

4. Manejo intensivo das pastagens na produção pecuária;

5. Produção de dendê e cana-de-açúcar

- Dendê: a cultura tem um teor de óleo igual a 22% e produtividade média de 4,5 t/ha.
- Emprega uma família a cada 10 ha de produção;
- Etanol/açúcar tem balanço favorável em 23% (CO₂ sequestrado).

Mundo: maiores emissores

Ranking	País	CO ₂ fóssil (a)	% Relativa	% Acumulada
1	Estados Unidos	5.956,98	21,13%	21,13%
2	China	5.322,69	18,88%	40,01%
3	Rússia	1.696,00	6,02%	46,02%
4	Japão	1.230,36	4,36%	50,39%
17	Espanha	387,11	1,37%	75,50%
18	BRASIL	360,57	1,28%	76,78%
19	Indonésia	359,47	1,28%	78,05%
20	Ucrânia	342,57	1,22%	79,27%
Total dos 20 maiores		22.347,34	79,27%	
Total do Mundo		28.192,67		

(a) Milhões de Toneladas (2005). (b) Em relação ao mundo
Fonte: Embrapa Monitoramento por satélite

Em termos de emissão de gases de efeito estufa, a grande vantagem do Brasil está na grande parcela de geração de energia renovável, especialmente hidrelétrica e biomassa. De qualquer forma, é preciso cortar drasticamente o nível de emissões até a metade deste século, a fim de reduzir a proporção das alterações climáticas. A destruição da vegetação natural é apontada como a principal fonte de emissão de CO₂.

Brasil: posição por emissão de CO₂

Especificação	Posição
Por países	18 ^a
<i>Per capita</i>	88 ^a
Quilometro quadrado	96 ^a
PIB	114 ^a

Em termos de uso e ocupação do solo, as explorações agrícolas, pecuárias e florestais, no conjunto, somam 29,6% da área total do País. Em contraposição, as terras para unidades de conservação, APPs, Reserva Legal e terras indígenas, representam 77,6%, totalizando 107,2%. Portanto, o alcance da legislação ambiental requer revisão e melhor equilíbrio, para não sustar o desenvolvimento do setor primário. Caso contrário, não haverá espaço para o crescimento do setor primário. ■

Brasil: participação da agropecuária e das áreas de conservação no território (notar que a soma da ocupação ultrapassa 100%)

Especificação	Área (1000 ha)	%
Brasil	851.000.000	100,0%
Pecuária	173.000.000	20,0%
Grãos	47.000.000	5,5%
Soja	22.000.000	2,5%
Cana-de-açúcar	7.500.000	0,9%
Florestas plantadas	6.000.000	0,7%
Unidades de Conservação	128.000.000	15,7%
APPs	421.800.000	26,6%
Reserva Legal	190.000.000	22,3%
Terras indígenas	112.000.000	13,0%

Fonte: IBGE, Conab e Embrapa

1 Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA. E-mail: derli.dossa@agricultura.gov.br

2 Assessor especial do ministro do MAPA. E-mail: newton.ribas@agricultura.gov.br

Premissas para um novo Código Florestal

1. Criar condições para o **DESMATAMENTO ZERO** no Bioma Amazônia

2. Formação de um fundo financeiro de indenização.

Este fundo vai pagar aos proprietários que tenham direito legal a desmatar 20% das áreas exploráveis e financiar os serviços ambientais feitos pela floresta em pé

3. Estruturação de um sistema georeferenciado para controlar **DESMATAMENTO ZERO** no Bioma Amazônia

4. A legislação deve ser de fácil entendimento para os produtores

5. Os infratores da legislação ambiental rural precisam de prazos compatíveis com as dificuldades de acesso à justiça

6. As mudanças na legislação terão que utilizar o conceito de direito adquirido

7. Disponibilizar resultados de pesquisa e os avanços tecnológicos nas decisões

8. Necessidade de clareza na referência do valor das multas e compatibilidade com atividade rural

9. A Produção Rural Sustentável levará à conservação ambiental

Propostas para atualização do Código Florestal

1. Criação de um Fundo de Reserva para pagamento da floresta em pé no Programa de Desmatamento Zero:

- Áreas de Reserva Legal;
- Serviços Ambientais;
- Áreas Acima da Estabelecida na RL

2. Somar Áreas de Proteção Permanente com as de Reserva Legal;

3. Recomposição da Reserva Legal

- Espécies Arbóreas Econômicas + Nativas;
- Projeto Técnico de Profissional Habilitado

4. Possibilidade de compensação da reserva legal fora da bacia hidrográfica ou fora do estado:

- Recomposição por servidão florestal no mesmo bioma;
 - Sistema de cotas no mercado financeiro para pagamento do passivo ambiental
5. Permitir a continuidade das atividades agropecuárias em APPs (topos de morro, encostas e várzeas):
- Consolidadas em uso há mais de dez anos;
 - Recuperação de APPs com projeto técnico (agricultura sustentável)

6. Aumentar o prazo previsto para a compensação da reserva legal iniciando a contagem na publicação da lei

7. Os que buscam regularização do passivo ambiental tanto RL ou APP não podem ser punidos pelo seu passivo ambiental por infrações que não estavam contempladas em legislações que se sucederam

8. O uso das APPs deve ser atribuição dos Consemas e ou das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente baseado na orientação dos Zoneamentos Ecológicos Econômicos (ZEEs) nos estados

9. O direito adquirido deve estar explicitado

10. Fortalecer em lei o ZEE no âmbito de governo e indicar responsabilidade dos estados na definição dos seus parâmetros

11. Vincular em lei a necessidade de projeto técnico na recuperação dos passivos ambientais apoiado em trabalhos científicos